



Proposição: PLEI - Projeto de Lei
Número: 000199/2026
Processo: 11418-00 2026
Autoria: Roberta Lopes
Ementa: Revogam-se os artigos 1º, 4º e 5º do Decreto do Executivo de número 17.761 de 2026 diante de sua incompatibilidade com a Legislação Federal.

Parecer Juraci Scheffer - Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

PARECER AO PROJETO DE LEI 199/2026

À Divisão de Acompanhamento de Processo Legislativo

I - RELATÓRIO

Em despacho de fls. foi dado vista a este Vereador que subscreve a respeito do Projeto de Lei 199/2026, que **"Revogam-se os artigos 1º, 4º e 5º do Decreto do Executivo de número 17.761 de 2026 diante de sua incompatibilidade com a Legislação Federal."**

No que tange ao cumprimento legal do referido projeto de lei, o mesmo preenche os requisitos legais conforme disposto no artigo 26 da Lei Orgânica do Município de Juiz de Fora, que reconhece como atribuições da Câmara Municipal legislar sobre quaisquer matérias de interesse e competência legal do Município, como também os artigos 159 e 160 do Regimento Interno da Câmara Municipal que dispõe, entre as modalidades da Câmara Municipal, proposição de Projetos de Lei.

Em Parecer emitido pela Douta Procuradoria desta Casa Legislativa, manifestou pela legalidade e pela constitucionalidade desta proposição legislativa.

II - FUNDAMENTO

Ao analisarmos o tema legal que ora se apresenta, o mesmo não invade matéria privativa do Chefe do Poder Executivo e nem cria despesa orçamentária por poder ser incluído nos serviços de rotina e atendimento ao público do Município, podendo também solicitar autorização para abertura de crédito orçamentário para o seu cumprimento se necessário, ou incluir no orçamento do próximo exercício financeiro. Outrossim, o presente projeto de lei, além de estar em consonância com o artigo 30, inciso I da Constituição Federal, que reconhece a legitimidade dos municípios em legislar assuntos de interesse local, também caminha alinhado aos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da moralidade e da transparência, da razoabilidade e da proporcionalidade, em vista do interesse público e do bem comum coletivo e social, nos termos dos artigos 5º e 37 da Constituição Federal.

Quanto ao mérito da presente proposição legislativa, a mesma se justifica tendo em vista que o Decreto do Executivo de número 17.761 de 2026 promoveu substanciais alterações no Decreto do Executivo 17.413 de 2025. Este foi editado com o objetivo de regulamentar a organização e atribuições da Secretaria de Fazenda, criando, inclusive, o Departamento de Orçamento Financeiro



da Saúde, vinculando-o à Subsecretaria de Planejamento e Prestação de Contas, subordinada à Secretaria de Fazenda. Por sua vez, a Lei Federal de número 8.080 e de 1990 estabelece, de forma clara e categórica, que a direção e gestão dos recursos do Sistema Único de Saúde deve ser feita pela Secretaria de Saúde, no âmbito municipal.

III - DISPOSITIVO

Isto posto, por preencher todos os requisitos legais e não incorrer em inconstitucionalidade ou qualquer outro vício jurídico e político, razão pela qual liberamos a presente matéria legislativa para o seu devido prosseguimento e tramitação até o Plenário onde manifestaremos nosso voto à presente proposição legislativa.

Palácio Barbosa Lima, 17 de agosto de 2026.



Juraci Scheffer
Vereador Juraci Scheffer - PT

